



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

LIBERDADE, UM BAIRRO NEGRO PAULISTANO? REVERBERAÇÕES POLÍTICAS DOS EMBATES PELA MEMÓRIA DA ESCRavidÃO

MONIQUE FÉLIX BORIN¹

Resumo: A historiografia da urbanização de São Paulo é um palco de disputas em aberto, mostrando que a forma de urbanização desse território se deu a partir de embates que não pôde ser cristalizado em uma memória total. Na análise da produção sobre essa temática no último período, podemos ver dois tipos de abordagem: a que reforça uma leitura tradicional sobre o “destino manifesto de grandeza” de São Paulo, elaborando uma história de expansão e crescimento envolto em um imaginário bandeirante; e as que procuram contar a “história esquecida” da cidade, mostrando “o outro lado” do desenvolvimento paulista, buscando fazer uma “história dos de baixo” a partir do olhar dos “marginalizados”. Nesta comunicação, exploraremos as disputas pela memória do bairro da Liberdade, um território em que atualmente se tem resgatado como território negro por ali ter se localizados a força e o pelourinho da cidade no período colonial e imperial. Discutiremos as formas de construção da memória a partir da rememoração dos espaços de suplício pelos diferentes agentes.

Palavras-chave: liberdade, memória, escravidão, São Paulo

Tebas negro escravo
Profissão alvenaria
Construiu a velha Sé
Em troca da carta de alforria
Trinta mil ducados que lhe deu Padre Justino
Tornou seu sonho realidade Daí surgiu a velha Sé
Que hoje é o marco zero da cidade
Exalto no cantar minha gente
A sua lenda, seu passado, seu presente
Praça que nasceu do ideal
E braço escravo, é praça do povo
[Praça da Sé, sua lenda, seu passado, seu presente – Geraldo Filme]

¹ Doutoranda do programa de pós-graduação em História da UNICAMP. Bolsista FAPESP. E-mail: moniquebfelix@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES 2017
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Em seu nome, o bairro da Liberdade carrega uma das questões mais profundas da história do Brasil. A escravidão, sua abolição e os desdobramentos dessa violência estrutural estão marcadas na formação da sociedade brasileira, se expressando constantemente, seja de forma velada seja em embates diretos. São Paulo é uma cidade que tem seu processo de urbanização entrelaçado ao escravismo, assim como diversas outras grandes cidades do país que experimentaram reestruturações e vultuosas expansões na segunda metade do século XIX. Os territórios negros da capital paulista foram (e são) muitos, e, no entanto, há um forte movimento de *resgate* da história negra da cidade, de personagens, práticas e lugares que teriam sido esquecidos nas narrativas históricas.² O desconhecimento desse passado, pelas negras e negros, e pela sociedade em geral, seria um dos grandes responsáveis por manter a reprodução das desigualdades históricas iniciadas no período colonial. Nos propomos nesta comunicação a perscrutar as disputas pela memória desse bairro paulistano, partindo da historicização da sua ocupação urbana para propiciar uma reflexão sobre as dissonantes, e talvez inconciliáveis, formas de memória sobre um território que foi espaço de luta e suplício. Através de um processo institucional da Prefeitura de São Paulo, que se iniciou na década de 1970, a Liberdade foi transformada no “bairro oriental paulistano”. Criando uma estetização turística das ruas, se propagou um imaginário de origem oriental sobre essa região para habitantes e visitantes da cidade. A presença de orientais, inicialmente japoneses, é considerável na região desde a segunda década do século XX, no entanto, ela está longe de hegemonizar a história desse espaço, ainda mais se levando em conta que a ocupação dessa região é bastante remota na urbanização de São Paulo. Contra essa narrativa e essa memória institucional do bairro oriental, agentes de educação patrimonial e coletivos de *resgate* da memória tem buscado mostrar o que seria uma *outra face* da história do bairro.³ A narrativa desse grupo de agentes se centra

² Nas Jornadas do Patrimônio de São Paulo do ano de 2017, promovidas pelo Departamento do Patrimônio Histórico, haviam seis roteiros que partiam ou chegavam ao bairro da Liberdade rememorando os espaços de suplício negro desse território.

³ Destacamos em itálico conceitos centrais utilizados pelos diferentes agentes na disputa pela memória do bairro.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

principalmente nos espaços de suplício da população negra nesse território: o pelourinho e a forca, como espaços diretos do castigo; o primeiro cemitério público da cidade, que abrigava os mais pobres que não tinham recursos para serem enterrados nas igrejas (se configurando assim, como um cemitério que recebia majoritariamente negros escravizados ou alforriados), assim como a Capela Nossa Senhora dos Aflitos, que ficava no centro do cemitério, e a Igreja Nossa Senhora das Almas dos Enforcados – todos tem, portanto, uma história entrelaçada nessa narrativa, criando um discurso sobre o bairro como um espaço de dor que é ocultado na narrativa institucional.

Apreender esses dois corpos narrativos não é um exercício difícil, já que, apesar de construírem visões que se pretendem opostas, partem da uma mesma lógica para construção e transmissão do conhecimento. No entanto, há um terceiro corpo narrativo sobre a história desse território, muito mais complexo na sua apreensão pois não corresponde aos padrões referendados academicamente como forma de produção e transmissão de conhecimento historiográfico. Trata-se de uma narrativa fragmentada, dispersiva e disruptiva, expressa em práticas e tipos de produção diversos, que tanto materializam e cotidianizam a memória nas suas formas de viver, como produzem relatos sobre essa memória em diversos tipos de suportes. Não se trata de um *outro lado* da história oficial, mas sim de uma construção historiográfica própria, realizada a partir de fragmentos articulados de uma maneira não-linear. Essa história que expõe os confrontos, as fissuras, as negociações, como parte integrante do que foi e do que viria a ser esse território é construída a partir das formas de moradia, trabalho e lazer, dos ritos religiosos, entre tantos outros suportes que impedem a ilusão de apreensão total dessas manifestações. Nesse terceiro corpo, a agência negra na história desse território é forte - não houve apagamento ou invisibilidade desses agentes -, mas expressa não isoladamente, e sim nas suas relações dentro de um bairro misto, inserida na disputa contínua pela construção de uma narrativa consensual que parte das formas hegemônicas de representação da história.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Para dimensionar as estratégias discursivas e as narrativas históricas construídas por esses três corpos de agentes, vamos confrontá-los com as dinâmicas de ocupação e urbanização do bairro. Ao nos aproximarmos das formas de apropriação e uso da terra urbana dessa região pretendemos desvelar os processos que engendraram a disputa pela memória desse território.

Dinâmicas de ocupação da terra urbana na Liberdade

São Paulo contou com núcleos dispersos de ocupação durante todo o período colonial, que apesar de não estarem ligados por densidade da malha de ocupação urbana, mantinham um fluxo constante de contato por diversas frentes – comércio, lazer, administrativos. Vários desses núcleos estavam ligados a caminhos de deslocamento para outras cidades, e em geral estavam a uma distância considerável do Triângulo central, como é o caso da Penha, de Itaquera (localizadas a leste), da Freguesia do Ó (localizada a noroeste), de Santo Amaro (localizada a sul). Seria impossível, e improdutivo, buscar um marco inicial de ocupação dessas regiões, sendo que essa dinâmica aponta que a dispersão foi uma característica do tipo de ocupação urbana desse território. Assim como os núcleos mais afastados da centralidade histórica da cidade, os territórios contíguos a ela também tinham uma ocupação que nem sempre se resumia a chácaras. É o caso da Liberdade, localizado a cerca de 700 metros da antiga Sé - onde se construiu a narrativa de fundação da cidade, sintetizado no Pátio do Colégio -, era conhecida no período colonial, e em parte do Imperial, como Distrito da Glória. Contíguo ao Triângulo histórico na direção sul, partia desse planalto em um terreno acidentado que, em declive, desembocava nas margens do Tamanduateí (SEVCENKO, 2004: 19). O bairro que teve importantes funções públicas para a São Paulo colonial e imperial, estando integrada a dinâmica urbana desde período bastante remoto.

Das dinâmicas de ocupação desse território, destacamos o primeiro cemitério da cidade. O cemitério foi construído em 1775, e tinha como função “abrigar os desvalidos, indigentes, condenados, em suma, todos os desclassificados que não



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

tiveram os recursos para serem enterrados nas várias igrejas e capelas de dentro da cidade” (LESSER, 2007: 19). No centro do cemitério, estava a Capela dos Aflitos, até hoje conservada na cidade em seu estado original, uma construção em taipa de pilão. Nessa capela, os condenados a morte na forca da cidade, que ficava alguns metros acima, no que era conhecido como Morro da Forca, esperavam para serem encaminhados para sua execução em praça pública. Essa elevação de terra, no topo do Caminho do Carro de Santo Amaro, permitia sua visibilidade de toda a área da centralidade histórica (Nicolau, p.19). Quem ia da antiga Sé para o Morro da Forca, passava antes pelo Largo do Pelourinho, praticamente no meio do caminho, onde hoje se localiza o Largo Sete de Setembro. O Pelourinho foi transferido de local diversas vezes na cidade, mas quando da instalação da Forca nessa localidade, no mesmo ano do cemitério, já se encontrava lá (SEVCENKO, 2004: 20).⁴ Também faziam parte da paisagem do Distrito da Glória colonial um matadouro e o arsenal e depósito de pólvora da cidade – em uma região que é conhecida até hoje como Largo da Pólvora. Em 1824, a Santa Casa de Misericórdia se instalou em um casarão no bairro, e, no ano seguinte, estabeleceu ali uma Roda dos Enjeitados – e 1840 o hospital foi transferido para um prédio maior na rua da Glória.⁵ A conformação desse bairro não está separada do restante da dinâmica da urbanização da cidade. Assim, entremeando equipamentos públicos, havia uma ocupação de moradia, sem dúvida composta por chácaras como os demais bairros centrais da cidade, mas que nem sempre eram extensas ou de pessoas com distinção social. Um retrato do tipo de ocupação da região pode ser apreendido pelos pedidos feitos à Câmara para concessão de terras da Liberdade na primeira década de 1800:

⁴ Há divergência entre os dados apresentados por Lesser e Guimarães, e o apresentado por Sevcenko, que atribui a construção do cemitério a 1779 – no entanto o texto é ensaístico, não apresentando a referência das fontes, assim optamos por manter a informação dos textos que informam de onde a data foi retirada.

⁵ A roda de enjeitados é uma instituição da sociedade colonial brasileira, servindo para o abandono de crianças de relações não oficializadas pela Igreja. Segundo Sevcenko, indígenas do aldeamento de Santo Amaro foram responsáveis por servir de amas-de-leite para as crianças, significando um “segundo repovoamento indígena dos baixos da Glória”. (SEVCENKO, 2004: 23)



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

São sete requerentes (um deles fez duas solicitações), dos quais apenas dois possuíam título militar; não havia nenhum oficial camarário, vereador ou membro do clero, o que indica tratar-se de uma população menos privilegiada. As terras concedidas eram de dimensões consideravelmente maiores que aquelas da Cidade Nova; metade dos pedidos no sul tinham perto ou mais de 104,5 metros (medida da maior porção de terra concedida a oeste). Tendo em mente essas duas informações, podemos afirmar que era uma região da cidade em que havia menos disputas por terras. Eram, portanto, terras menos desejadas pela elite e menos valorizadas. Enquanto, na Cidade Nova [vetor oeste, bairro da Santa Ifigênia], a única solicitante do sexo feminino foi referida na documentação como “Dona”, no Caminho para Santos, temos o pedido de uma Feliciano de Medeiros, “preta forra”, casada com Sebastião, cativo do alfaiate Joze Roiz Cardim. É dela o menor terreno concedido, com apenas 10 braças ou 22 metros de frente. [...] Mesmo assim, Feliciano precisou de persistência para assegurar a concessão de suas terras. Apesar de ter sua solicitação atendida em setembro de 1810, a liberta entrou com novo pedido, em dezembro do ano seguinte, por ter sido impedida de continuar as obras de sua casa. Segundo consta na nova solicitação, Joaquim Joze de Oliveira – também possuidor de terras na região – forçou-a a suspender sua empreitada, alegando que os limites do terreno de Feliciano sobrepunham-se às terras de um Guilherme Henrique May. Para solucionar a contenda, a Câmara concede outras terras a ela, na mesma área, mas com apenas 6 braças ou 13,2 metros de frente (SANTOS, 2013: 84-85).

Assim, vemos que apesar de uma presença plural de estratos sociais no bairro, ele não se deu sem disputas, já que a correlação entre a escravidão, a construção do racismo como marca de distinção e a questão da propriedade de terras são estruturantes nas tensões sociais ao longo do século XIX, reverberando no estabelecimento da Lei de Terras em 1850 (MOTTA). A ocupação então se dava por largas chácaras, que no seu interior poderiam ser utilizadas por posseiros, mas também por terrenos menores, em uma relação constante de distribuição de terras pelo poder público – que, ao menos no meio urbano, sofrerá modificações no pós-Lei de Terras ampliando a dificuldade de acesso direto, junto à municipalidade, a terras



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

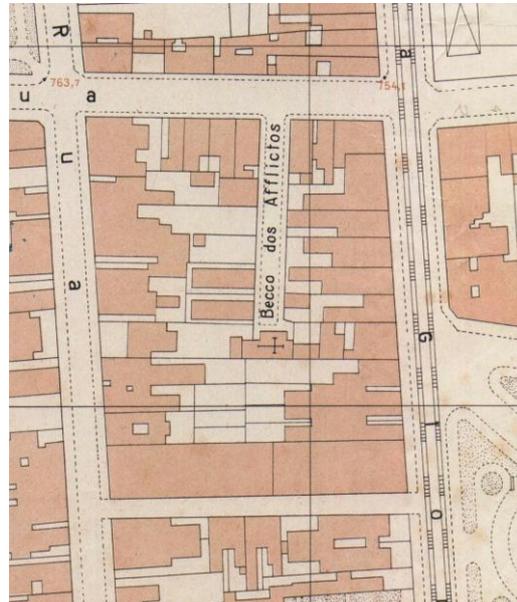
para os mais pobres. No caso das propriedade de terra de grandes extensões, é possível identificar as chácaras “do Sertório, do Cônego Fidélis, do Moreira, do Fagundes, de parte da chácara de D. Ana Machado” (LESSER, 2007: 380), e o seu loteamento criou as seguintes ruas: parte da chácara de Francisco de Assis Lorena originou as ruas Conselheiro Furtado, Bonita, Santa Luzia e Conde de Sarzedas e a chácara do Sertório originou as ruas Pedroso, Maestro Cardim, Alfredo Elis, Matiniano de Carvalho e Artur Prado (LESSER, 2007: 381).

Além dessa parte de loteamento do bairro, a Liberdade tinha a característica de ter um estoque de terras bem na sua centralidade. No ano de 1858, com a inauguração do Cemitério da Consolação, o cemitério da Liberdade interrompeu as atividades de sepultamento (GUIMARÃES, 1979). As antigas terras do cemitério entraram para o mercado de terras urbanas da cidade, sendo loteadas e vendidas, restando do antigo uso o beco e a Capela dos Aflitos (LESSER, 2007: 10-11). Podemos ter uma imagem do tipo de loteamento que se deu no bairro analisando a ocupação da quadra que abriga esses espaços: trata-se de uma quadra pequena, quase quadrangular, com uma mistura de lotes estreitos e profundos; lotes médios e com construções mais quadriculares; no centro do lote está a Capela, com acesso pelo Beco e assim algumas edificações estão alinhadas para ele. Essa é uma quadra bastante adensada, tendo 27 lotes todos edificadas, com apenas uma edificação recuada, que apesar de ser de formato mais quadrangular é uma das menores da quadra.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO



Recorte da folha 51/18. Sara Brasil.

Também no ano de 1858, a forca foi retirada e o largo rebatizado, por força de um edital, sendo a partir de então chamado de Largo da Liberdade - adotando o nome do chafariz localizado nas proximidades (LESSER, 2007: 11). A nomenclatura tem uma acepção muito distinta da que tinha esse termo para os negros que buscavam a alforria, já que o chafariz recebeu o nome como uma homenagem da Câmara a revolta na corte do Rio de Janeiro que culminou com a queda do governo de D. Pedro I. Para Sevcenko a homenagem: “assinalava assim a vocação liberal da elite paulista e o papel-chave que vinha assumindo na gestão da jovem nação independente” (SEVCENKO, 2004: 21). Nesse dialético jogo entre as acepções da liberdade num território de suplícios e lutas, vemos como a contradição e as tentativas de construção de uma narrativa consensual estão entranhadas na história da ocupação desse bairro. Os motivos oficiais para mudança do nome não deveriam mascarar os significados que a população daquele território deu a essa transformação de usos desse espaço, que será tão significativo nas práticas de ancestralidade e de rememoração da população negra, como veremos ao longo do texto. Lembramos que a retirada da forca não significou, inclusive, que a pena de morte estivesse extinta no país: a última execução com base na lei ocorreu em 1876 e a penalidade súbita só foi definitivamente legalmente abolida com a primeira constituição republicana. A saída



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

da força foi coroada com a construção da igreja Capela de Santa Cruz das Almas dos Enforcados, em 1891, criando outro centro de devoção profundamente articulado com a história negra desse território.

O processo de loteamento e adensamento urbano foi intensificado na cidade na segunda metade do século XIX, e alguns estudos se baseiam nas tendências dos vetores de expansão e deslocamento da população a partir do Triângulo para definir as características das (novas) regiões da cidade. A expansão da cidade contou com barreiras físicas importantes, naturais e construídas: no vetor leste, o Tamandateí se colocava como um obstáculo de fôlego, que era acrescido pela sua várzea inundável, que a partir de 1867 passava a contar também com os trilhos da São Paulo Railway; no vetor oeste, o obstáculo era o rio e o vale do Anhangabaú, mas mais facilmente transpostos pela várzea inundável ser bem menor e o rio mais estrito; já o vetor sul, seguindo para o que o bairro da Liberdade, não apresentava obstáculos físicos para a expansão da cidade (VILLAÇA, 2001: 116). Segundo essas análises, sintetizadas na obra de Villaça, a cidade se expandiu em todas as direções, mas de maneira seletiva: as elites seguiram para além do Anhangabaú, já que tinha uma barreira a menos em relação à região que até então era o centro da cidade, e dispunha, uma vez atravessado o vale, de uma topografia ondulada, mas sem grandes elevações; as altitudes crescentes conduziam a um pico na região, onde se localizou a avenida Paulista (VILLAÇA, 2001: 117). A massa de população mais pobre se deslocou em direção à zona leste da cidade, transpondo o Tamandateí. Em relação à direção sul, a ocupação teria sido mais lenta, o que nos faz discutir porque a única direção de expansão que não demonstrava obstáculos para o avanço da cidade teria sido preterida pela elite no processo do seu deslocamento. Villaça aponta que, nesse quesito, deve-se retomar o papel da ideologia na produção do espaço urbano:

Essa direção [a sul] não apresentava uma clara cisão, uma clara separação física da “cidade velha”. A nascente, progressista, arrojada e moderna burguesia paulistana se empenhou em produzir uma cidade que refletisse esses seus atributos e que claramente se diferenciasse do “velho”, do passado e do colonial. Uma posição colada a “cidade velha”, como a Liberdade, não exibiria os valores do progresso e renovação, de ruptura com um passado considerado atrasado, então



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

acalentados pela agressiva e talvez orgulhosa burguesia paulista. (VILLAÇA, 2001: 194).

Assim como Villaça, Sevcenko localiza o adensamento urbano no fim do século XIX nos bairros centrais, mas não define tão estritamente uma segregação espacial por vetor de expansão, mas sim pela topografia dentro desses vários territórios: enquanto a população mais rica habitaria os terrenos de topograficamente mais altos, as baixadas e várzeas estariam destinadas as populações mais pobres e a funções produtivas. Para a região sul, e o distrito do Glória, modificações importantes são apontadas, como a retirada do Morro do Tabatingüera e a retificação do curso do Tamanduateí, criando um grande estoque de terras urbanas livres nas proximidades do Triângulo – ainda que em uma área de várzea (SEVCENKO, 2004: 26). No entanto, quando está descrevendo os inúmeros equipamentos públicos do período colonial e imperial que estavam localizados na região, assim caracteriza a região:

Como se vê, a Glória, quando não era o inferno, era o purgatório. A cidade empurrava para lá tudo aquilo que percebia como ameaçador, desagradável, tumultuário, desprezível, repugnante ou indigno. Em diferentes épocas e distintos locais, foram instaladas lá instituições as mais problemáticas (SEVCENKO, 2004: 24).

Enquanto para Villaça a região seria a ligação constante com o “velho” pela proximidade sem barreiras, para Sevcenko a região teria o estigma de ser abrigo de funções pouco prestigiosas as quais as elites não gostariam de estar identificadas – assim, se construiu na historiografia um lugar de preterição e marginalidade desse vetor de expansão em relação aos demais. No entanto, o próprio Sevcenko assinala que a região mais próxima à praça da Liberdade recebeu melhoramentos de embelezamento do prefeito Conselheiro Antonio da Silva Prado, transformando a então rua em uma avenida de padrão bulevar arborizado (SEVCENKO, 2004: 27). Um dos maiores responsáveis por consolidar na cidade uma arquitetura que fizesse jus à “progressista, arrojada e moderna burguesia paulistana” escolheu justamente esse bairro ao sul da Sé para morar com sua família. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que se tornaria um icônico engenheiro e arquiteto paulista, construiu para si, em 1891, um palacete na rua Pirapitingui, e duas outras casas em terreno contíguo



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

para suas filhas.⁶ Ramos de Azevedo não só constituiu moradia no bairro, como foi contratado por diversas outras ricas famílias para projetar e construir residências de alto padrão na região, como foi o caso de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente do Estado entre 1908 e 1912. No período de sua administração, transferiu a sede do governo para o palacete localizado no Largo São Paulo, ou Largo da Pólvora (SEVCENKO, 2004: 27).⁷ Ou seja, uma população com recursos, escolheu se estabelecer em uma região com densa ocupação das quadras, em que as edificações estão majoritariamente alinhadas na rua, com tamanhos irregulares das quadras e traçado assimétrico dos arruamentos. A morfologia urbana da Liberdade se aproxima, nesse sentido, do antigo Triângulo, com seu traçado mais intermitente e descontínuo, dando uma expressão física para a “continuidade da cidade velha” discutida por Villaça.

Historicizar como eram entendidas as funções desses equipamentos classificados como “indignos” é fundamental para dimensionar essa aparente contradição na ocupação do bairro. A força e o pelourinho não eram espaços de vergonha para a sociedade paulista colonial e imperial: deveriam estar sim expostas, a vista de todos, como um instrumento constante de poder, seja da Coroa sobre seus súditos, seja de todas as pessoas livres contra as escravizadas. Analisando a ocupação do Triângulo, as pessoas viviam de modo muito misturado, com sobrados de pessoas com distinção social naquela ordem habitando lado a lado com telheiros pobres (OLIVEIRA, 2005).

⁶ Ramos de Azevedo nasceu em 1851, prole de uma tradicional família de Campinas, formou-se engenheiro na École Speciale du Génie Civil et des Arts et Manufactures Annescée da Universidade de Gand, na Bélgica (CARVALHO, 2000). Retorna ao Brasil em 1879, e pouco tempo depois estabelece na capital paulista seu próprio escritório, o F.P. Ramos de Azevedo e cia., localizado na rua Boa Vista, que seria responsável por importes obras na cidade em busca de marcas para a modernização paulista. A marca arquitetônica de Ramos de Azevedo, o ecletismo (de todos os profissionais do período), foi um dos elementos que auxiliou na elaboração do ideário da modernização, sintetizado na arquitetura da opulência, que buscava dotar de ares cosmopolitas a cidade da oligarquia agrária de quem Ramos era tributário (LEMOS, 1993).

⁷ O edifício não foi destruído com as grandes reformas da região para a construção da avenida 23 de maio, e permanecesse preservado, sendo hoje, curiosamente, sede do Primeiro Distrito Policial da cidade. Durante as décadas de 1990, 2000 e 2010, ali se dava os plantões da polícia, sendo para lá encaminhado detidos de diversas manifestações de movimentos sociais e/ou revoltas populares.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

A Cadeia Pública por muito tempo esteve situada nos porões da Câmara, sendo uma prática comum em outras cidades do país no período colonial (SANTOS, 2013). O que era digno ou indigno, como ocupação do território, estava em disputa em um largo processo de construção da especialização espacial e homogeneização social, que, como projeto, atravessa o século XIX, e vai tomar força como prática no final desse século, sem, no entanto, conseguir se estabelecer de maneira hegemônica nem como projeto, e muito menos como prática (MARINS, 2011). É no complexo quadro de construção de memórias sobre esse espaço que se construirá a narrativa da indignidade dos usos coloniais do bairro da Liberdade. Seria conveniente pensar de que tipo de indignidade estamos falando, de como se caracterizou esse discurso, já que é evidente que uma política de reflexão e reconhecimento da disseminação da propriedade escrava, assim como uma aplicação sistemática de políticas reparatórias são iniciativas ainda muito pontuais no país. Concomitante a construção desse signo de indignidade e atraso para os usos desse território, houve um processo em que todo o terreno em que estava abrigado o cemitério, a força e o pelourinho, assim como as instituições religiosas desses territórios, passam a ter um valor ritual forte para a comunidade do bairro, já que as tradições africanas outorgam um status sagrado a espaços ligados fortemente a ancestralidade (SEVCENKO, 2004: 19-20). Essa conformação de ocupação urbana foi simultânea a construção de uma memória sobre ela, permitindo encontrar na sua materialidade as fissuras dentro do próprio discurso consensual sobre esse território.

As disputas pela memória

Na introdução desse artigo apontamos que haveria uma terceira linha narrativa sobre a memória do bairro da Liberdade, pensamos principalmente nas questões: o desconhecimento ou o silêncio de que nesse território estavam localizados espaços de suplício da população negra da cidade significa uma ocultamento dessa história? Significa que essa história foi negligenciada? E, principalmente, seria possível estudar essa história a partir dos marcos epistêmicos da sociedade que promoveu a escravidão? A historiografia brasileira com certeza está longe de ter essas respostas,



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

então o que nos propomos a seguir é um breve exercício de experimentação do fazer historiográfico. Em 1857, um grupo denominado Zuavos desfilava pelas ruas do Distrito da Glória, sendo o mais antigo registro de festividades carnavalesca da cidade na narrativa dos próprios sambistas. Localizando nesse registro uma gênese do carnaval paulistano, a região do Distrito da Glória, especialmente a parte referida como Lavapés, as margens do rio Tamanduateí, foi transformada em um vértice importante na história sobre a ocupação e cultura negra em São Paulo na produção de sambas e sambas-enredos. Junto com a região do Bixiga-Saracura e da Barra Funda, formaria a tríade de redutos tradicionais de nascimento do samba e da cultura popular negra em São Paulo (SIMSON, 2007: 99). Não nos cabe nesse artigo perscrutar as formas de construção dessa memória e como ela foi entendida e utilizada em trabalhos acadêmicos. Queremos entender como esse lugar na cultura permitiu produzir uma memória que formulou interpretações sobre o processo de ocupação urbana dessa região, sendo assim uma expressão do que caracterizamos como uma narrativa disruptiva sobre esse território, tratando de maneira multifacetada a relação da população negra com esse território.

Sobre o Zuavos não há registros mais concretos das suas práticas de ocupação das ruas e do seu repertório musical, mas há diversas outras agrupações carnavalescas do bairro sobre os quais temos uma parte da produção preservada. No bairro da Liberdade se criaram o bloco Baianas Teimosas, o cordão Paulistano da Glória e a escola de samba Lavapés (SIMSON, 2007: 101). Geraldo Filme é filho da matriarca fundadora do cordão Paulistano da Glória, e compôs diversos sambas que tratam da história e da memória negra na sua relação com São Paulo e com a escravidão no país. Como podemos ver no samba-enredo da epígrafe desse artigo, Geraldo Filme tinha uma visão bastante refinada da construção dessa memória em suas produções, articulando dimensões distintas de apreensão da história negra e da construção do devir de parte dessa população. Não há nenhuma referência direta a força, ao pelourinho, ao cemitério ou as igrejas do bairro, mas são várias referências a agentes negros da história da cidade, como construtor Tebas citado na letra sobre a Praça da Sé, assim como a diversas matriarcas do samba paulista e sambistas. As



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

sociabilidades, usos e apropriações do espaço público pela população negra e trabalhadora são a tônica da sua produção, traçando constantemente uma narrativa que tensiona as relações entre as classes na sua disputa pelo espaço citadino. Nas letras de Geraldo Filme não há esquecimento sobre o passado negro, mas sim um constante jogo de entender o que é ou não legitimado no discurso hegemônico e uma forma de produzir um outro discurso, que não parece querer competir ou se contrapor ao outro. Se trata, sobretudo, de construir conhecimento de outro tipo, para outro interlocutor, que não finaliza na produção da letra e da música: a ritualização daquela reflexão é parte da produção daquele conhecimento, quando os ensaios, desfiles, das rodas de samba. Seria possível pensar na produção de Geraldo Filme como uma historiografia dos territórios da negritude em São Paulo?

Em algumas sextas-feiras, as celebrações realizadas na Capela dos Aflitos e na Igreja dos Enforcados contam com a distribuição de pipoca. Por que não há placas e monumentos lembrando a existência da força e do pelourinho essa não é uma prática memorial dos negros com a história daquele território? O que nos parece estar em disputa na memória sobre o bairro da Liberdade é a *mediação* dessa memória por práticas que abrangem toda a sociedade, não apenas os negros ou quem de fato está ligado aquele território de alguma forma:

São Paulo, menino grande
Cresceu não pode mais parar
E o pátio do colégio quem lhe viu nascer
Um velho ipê parece chorar
Não vejo a sua mãe preta
Na rua com seu pregão
Cafezinho quentinho, sinhô,
Pipoca, pamonha e quentão.

Lembrar, deixa-me lembrar, laiarálalaiá
[São Paulo Menino Grande – Geraldo Filme]



SALVADOR E SUAS CORES 2017
ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Há uma lembrança e uma memória negra na Liberdade, que construiu sua narrativa sem ter a centralidade focada nos espaços de suplício. Para apreender essa memória, do qual só podemos no momento ter alguns indícios, dependeríamos de ter mais experiências de trabalho historiográfico que problematizem as bases epistemológicas como parte intrínseca do trabalho de investigação. Para isso, seria necessário entender a produção de pessoas como Geraldo Filme como parte da interlocução intelectual, da elaboração de interpretação histórica, e não somente como representações culturais desses processos. Repensar as bases epistemológicas com as quais trabalhamos se quisermos tratar com a devida importância que tem a história negra no Brasil é um exercício ao qual intelectuais negros têm se dedicado ao longo do século XX, com um desprezo considerável da academia. Esse vem não da invisibilidade dessa produção, mas do seu tratamento como uma espécie de “documento”, um “registro de época”, não outorgando a esses interlocutores o papel de formulação de ideias que ainda devem ser debatidos – mais do que estudar *o que* esses intelectuais disserem, estudamos *quem* eles foram. Como um experimento teórico-metodológico para o estudo da história negra do Brasil, a pesquisa inclusa de Maria Beatriz Nascimento sobre os quilombos é bastante refinada em apontar os limites de estudar a escravidão e suas reverberações pelos instrumentos epistemológicos que são enraizados no colonialismo. O artigo “Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso” mostra o trajeto de pesquisa da historiadora com um quilombo localizado em Minas Gerais, e é rico em problematizações dos limites desse tipo de investigação da memória, assim como apresenta diversas estratégias utilizadas por ela para os enfrentar. Apesar do artigo ser enquadrado a um padrão acadêmico muito específico do período da sua produção, a historiadora consegue constituir uma tessitura para as relações entre os agentes históricos deste quilombo com muitas camadas, evidenciando como todas elas estavam relacionadas intrinsecamente. Nascimento não estava *resgatando* a história *oculta* daquele quilombo, mas sim partindo de fragmentos diversos para mostrar as construções historiográficas feitas sobre esse espaço que não estavam referendadas no cânone.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

A história do bairro da Liberdade como território negro também não está ancorado em uma perspectiva de esquecida, mais do que mudar a perspectiva, caberia, para fazer um trabalho historiograficamente mais relevantes, questionar a própria lógica na qual está baseada a historiografia. A história negra permaneceu na Liberdade por práticas que mostram contradições do projeto de modernização pretendido pelas elites paulistas. Elas materializam a impossibilidade do consenso em uma narrativa sobre esse território. No entanto, as práticas de resistência dessa população podem não estar enquadrados dentro do que o discurso “progressista” entende como *resistência* – não por acaso, é tema desse discurso o *resgate* da história e das culturais *tradicionais*.

Uma aparente oposição promovendo a pacificação da história

A historiografia da urbanização de São Paulo é um palco de disputas em aberto, mostrando que a forma de urbanização desse território se deu a partir de embates que não pôde ser cristalizado em uma memória total. Na análise da produção sobre essa temática no último período, podemos ver dois tipos de abordagem: a que reforça uma leitura tradicional sobre o “destino manifesto de grandeza” de São Paulo, elaborando uma história de expansão e crescimento envolto em um imaginário bandeirante; e as que procuram contar a “história esquecida” da cidade, mostrando “o outro lado” do desenvolvimento paulista, buscando fazer uma “história dos de baixo” a partir do olhar dos “marginalizados”. Nos parece que os estudos sobre as disputas de patrimonialização dos espaços de suplício da população, especialmente se considerarem um alargamento do campo historiográfico, podem contribuir para a diluição dessa falsa polêmica, mostrando que essas posições são lados de uma mesma moeda epistêmica que está intrinsecamente comprometida com uma reflexão amplamente consensual – e que, portanto, não será capaz de dar conta da experiência profundamente dissensual que foi o escravismo no Brasil.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Referência bibliográficas

BRESCIANI, Maria Stela Martins. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: IV Seminário de História da Cidade e do urbanismo, 1996, Rio de Janeiro. Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996. v. 2. p. 465-474.

_____. Interdisciplinaridade ? transdisciplinaridade nos estudos urbanos. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. v. 7, n. 1, p. 1062, 2015.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A cidade como negócio: mercado imobiliário em São Paulo no século XIX. In: FRIDMAN, Fania; ABREU, Mauricio (Org.). Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

CERASOLI, Josianne Francia. Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Prefácio. In: PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e Sobrevivência: A vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: EDUSP, 1994.

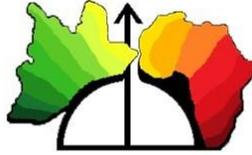
LESSER, Jeffrey. Um roteiro “brasileiríssimo” pelo bairro da Liberdade. In: CYTRYNOWICZ, Roney. Dez roteiros históricos a pé em São Paulo. São Paulo: Editora Narrativa Um, 2007, p.25-41.

MARINS, Paula César Garcez. Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. In: LANNA, Ana Lucia Duarte; PEIXOTO; Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (Org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011, v.1, p. 209-244.

MORSE, Richard. Formação histórica de São Paulo, de comunidade a metrópole. São Paulo: Difel, 1970.

OLIVEIRA, Maria Luiza de. Entre a casa e o armazém. São Paulo: Alameda, 2005.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e Sobrevivência: A vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: EDUSP, 1994.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

ROLNIK, Raquel. A Cidade a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem Tudo Era Italiano - São Paulo e pobreza (1890/1915). São Paulo: Anablume Editora Comunicação, 1998.

SANTOS, Amália Cristovão dos. Em obras: os trabalhadores da cidade de São Paulo entre 1775 e 1809. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário. Incursões na entropia paulista. Revista USP nº. 63. São Paulo, CCS-USP, 2004.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ritos de magia e sobrevivência - Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940). São Paulo: Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 1997.

MOTTA, Márcia M. Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.